

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Leis estaduais podem afetar conta do setor elétrico	2
Título: Destaques	3
Título: Elétricas fazem doações a comunidades indígenas	3
Título: Ajuda a distribuidoras terá teto de R\$ 15,5 bi	4
Título: PPP de iluminação pública ignora crise e projetos avançam pelo país	6
Título: Curtas	8
Título: Beny Steinmetz tenta reverter sentença de US\$ 2 bi à Vale	9
Título: Transição para fontes limpas deve desacelerar.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Emendas no Congresso podem elevar conta de luz	13
Título: Venezuela recebe primeiro de 5 petroleiros iranianos	15
Título: BNDES deve financiar até 25% do pacote do setor elétrico	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: No setor de cana, crise afeta mais usina que só produz etanol	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/05/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Leis estaduais podem afetar conta do setor elétrico**

Um conjunto de leis estaduais que suspendem o corte de energia para consumidores de categorias diversas, cuja constitucionalidade tem sido questionada, tem potencial para incentivar a inadimplência e ampliar o rombo do mercado de energia, justamente no momento em que o governo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e as elétricas discutem os pontos finais da linha de apoio para o setor: a chamada “Conta Covid”. A expectativa é que o auxílio fique entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões. O conflito entre Estados e a União sobre a legislação do serviço público de energia pode ser decidido nesta semana pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Na última semana, o ministro Marco Aurélio Mello negou liminar solicitada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) contra a Lei 20.187, de 22 de abril, do Estado do Paraná, que, entre outros pontos, proíbe o corte do fornecimento de energia para trabalhadores informais e pequenos comércios que fiquem inadimplentes durante a crise. “Com a Lei, buscou-se preservar bem maior do cidadão, ou seja, a dignidade, presente o isolamento social, como medida de enfrentamento da crise sanitária”, disse o ministro na decisão.

A expectativa é que os demais ministros do Supremo votem ao longo desta semana, de acordo com o regime adotado pelo tribunal durante o isolamento social.

Assim que foi decretado o estado de calamidade pública, a Aneel publicou a resolução 878, de 24 de março, que suspende o corte no fornecimento de energia do consumidor residencial e de serviços essenciais que não pagar sua conta de luz durante 90 dias. Na prática, porém, o conjunto de leis estaduais está ampliando a suspensão do corte para outros segmentos, como comercial e industrial, e permitindo o parcelamento de faturas, entre outras medidas.

No caso da lei paranaense, a Aneel apresentou petição ao STF ressaltando o conjunto de medidas já adotadas em relação à pandemia e informando que as leis estaduais podem impactar o fluxo de caixa das distribuidoras e afetar a cláusula econômica do contrato de concessão.

“Dessa forma, a imposição de deveres sem estabelecer medidas para tratar a sustentabilidade de toda a cadeia do setor elétrico poderá inviabilizar a

continuidade da própria prestação do serviço público”, afirmou a agência no documento. “Ao se analisar os impactos que a norma estadual poderá acarretar - a saber: o desequilíbrio econômico-financeiro e o possível aumento nas tarifas de energia elétrica -, constata-se a usurpação da competência legislativa”, completou o regulador.

Já foram criadas leis semelhantes à do Paraná em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Roraima, Rondônia e Amazonas. A Abradee já entrou com seis ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) no STF. A ADI 6406, relativa à lei paranaense, é a primeira que está sendo deliberada pelo tribunal.

Advogados especializados no setor elétrico acreditam na possibilidade de o STF determinar a inconstitucionalidade dessas leis. Primeiro porque, pela Constituição, de fato cabe à União legislar sobre o serviço público de energia, e não aos Estados. Outro motivo foi o entendimento recente do tribunal com relação a esse tipo de lei. Em agosto de 2019, o STF decidiu pela inconstitucionalidade de uma lei criada pela Assembleia Legislativa da Bahia que feria a regulação do setor elétrico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/05/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Usiminas avalia reajuste

A Usiminas vê espaço para aumento dos preços da tonelada do aço no Brasil. O diretor comercial da empresa, Miguel Homes, disse o reajuste pode ser entre 7% e 10%. Homes ressaltou, no entanto, que antes de imprimir o aumento de preços é preciso que ocorra uma “paridade entre demanda e oferta” no mercado brasileiro. Segundo ele, hoje há um prêmio negativo entre o aço importado e internalizado e o nacional em torno de 10%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Elétricas fazem doações a comunidades indígenas

Concessionárias na região amazônica beneficiam famílias com cestas básicas

Companhias elétricas que detêm concessões na região amazônica estão realizando doações a comunidades indígenas para ajudar no combate à pandemia da covid-19.

A transmissora Evoltz dedicou R\$ 689,5 mil a ações emergenciais de contenção da pandemia entre comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de agricultura familiar em dois territórios do Pará (Calha do Norte do Rio Amazonas e Terra do Meio). O valor será destinado à compra de cestas básicas com itens de alimentação, higiene pessoal e limpeza para 1,5 mil famílias. Parte do montante também servirá como capital de giro para fomentar as atividades agroextrativistas, através da compra direta de óleo de copaíba, castanha do Pará e cumaru, por exemplo.

A doação da Evoltz será feita em parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e no âmbito da rede Origens Brasil, que reúne 1,7 mil produtores da região amazônica e promove negócios sustentáveis em áreas prioritárias de conservação.

Os recursos para combate à pandemia são a primeira liberação de uma doação total de R\$ 5,9 milhões da Evoltz, que será feita ao longo de dois anos e meio para assegurar a manutenção do modo de vida das populações locais em situação de vulnerabilidade. “O nosso compromisso é criar um vínculo duradouro com as comunidades”, diz João Nogueira Batista, diretor presidente da Evoltz.

Já a Norte Energia, concessionária da Usina Hidrelétrica Belo Monte, fez uma doação de R\$ 6 milhões para o enfrentamento da covid-19 na região do Xingu. Os recursos viabilizaram a entrega de 1,5 mil cestas básicas à Funai, para abastecer comunidades da região do Médio Xingu, e 126 mil equipamentos de proteção individual (EPIs) ao 10º Centro Regional da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará (Sespa), em Altamira, para reforço na saúde em nove municípios do Xingu.

“Outros 110 mil EPIs e milhares de testes para detecção da doença estão a caminho, assim como 10 leitos de UTI completos, com respiradores e monitores, que vão reforçar o sistema de saúde local coordenado pela Sespa”, afirma a Norte Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas — Do Rio

Título: Ajuda a distribuidoras terá teto de R\$ 15,5 bi

A ajuda financeira para as distribuidoras de energia elétrica via sindicato de bancos deverá ter como teto valor próximo a R\$ 15,5 bilhões. Fonte próxima às negociações disse ao **Valor** que a expectativa é de que o dinheiro esteja disponível para as empresas no fim de junho. “Acho que fica em torno de R\$ 15,5 bilhões de teto. Vai ficar alguma coisa em torno disso. Está mais para R\$ 15 bilhões do que para R\$ 10 bilhões”, disse a fonte.

O primeiro passo, disse a fonte, é a aprovação, esperada para ocorrer nesta semana, da resolução inicial da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Uma vez publicada, a resolução ficará em audiência pública por uma semana. Após isso, o órgão regulador publica a resolução definitiva, onde constará não apenas o valor final a ser emprestado, mas também a quanto cada empresa terá direito.

Para ter acesso aos recursos, o decreto presidencial que autoriza a medida de emergência diz que as distribuidoras terão que se comprometer a não reduzir seus contratos de compra de energia; limitar o pagamento de dividendos ao mínimo legal em caso de inadimplemento intrassetorial; e renunciar ao direito de discussão em âmbito judicial ou arbitral em relação a esses temas anteriores.

A fonte confirmou que atualmente os bancos confirmados no sindicato são os mesmos que já se juntaram no auxílio previsto para o setor aéreo: Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Bradesco, Itaú Unibanco e Santander. A diferença é que, no caso das elétricas, tão logo saia a resolução definitiva da Aneel, haverá uma espécie de road show para que novas instituições sejam convidadas a participar da operação. Já participaram de conversas prévias para possível adesão ao sindicato Citi, Safra, BTG, BNB e IFC.

“Quando você atrai outros bancos, você traz menos pressão e cria competição saudável onde tende a diminuir o custo da operação”, disse a fonte ao **Valor**, acrescentando que “o melhor dos mundos” seria dobrar o número de instituições, atraindo mais cinco bancos para o sindicato.

A liderança da operação será do BNDES e as condições serão iguais entre todos os participantes do sindicato - carência, prazo e juros, por exemplo - e a única diferença será no valor aportado por cada banco, que pode variar conforme a capacidade e o interesse de cada instituição.

A fonte ressaltou que já há conversas preliminares sobre custos e prazos, mas o martelo só vai ser batido depois não apenas da resolução da Aneel, mas também da negociação entre os bancos. “No decreto há os cinco anos de amortização, mas depende de negociação com os bancos, pode ser mais que isso”, explicou.

Os recursos, explicou, serão tomados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e serão depositados em contas vinculadas, que existem no setor para outros encargos, e que as empresas podem acessar.

O custo desse empréstimo será pago pelos consumidores nas contas de energia elétrica. A fonte explica que, se nada fosse feito para ajudar o setor durante a crise da covid-19, as contas subiriam algo da ordem de 12% de uma vez, já que os contratos têm mecanismos previstos para superar eventuais desequilíbrios intrasetoriais. Atualmente, as distribuidoras repassam para o restante da cadeia - governos, transmissoras e geradoras - cerca de 80% do que faturam com as contas de luz e a atual crise aumentou a inadimplência em cerca de 10%, além de uma queda de consumo de 18%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: PPP de iluminação pública ignora crise e projetos avançam pelo país

O mercado de parcerias-público privadas (PPPs) de iluminação pública segue dinâmico, mesmo diante da crise. Há pelo menos cinco projetos com editais já publicados e leilões previstos para ocorrer até junho. Dos 88 projetos em desenvolvimento pelas prefeituras, 59 tiveram andamento desde março, passando para a fase de consulta pública ou tendo sua modelagem concluída, por exemplo. Os dados são de um levantamento encomendado pelo **Valor** ao Radar PPP, consultoria que monitora diariamente projetos de PPPs e concessões em todo o país.

Segundo especialistas, os projetos de iluminação pública destoam da tendência geral por estarem menos sujeitos a grandes impactos de demanda, um dos grandes problemas enfrentados atualmente pelas concessões de transporte e logística. “Seriam mais diretamente comparáveis ao setor de água e esgoto, que também tem titularidade municipal. Mas, no caso da iluminação pública, não há uma carga de polarização política [como no saneamento], que pode dificultar os projetos”, afirma Bruno Pereira, sócio da Radar PPP.

Ainda de acordo com Pereira, o aquecimento do mercado pode ter efeito do calendário eleitoral, já que vários projetos começaram a ser estruturados em 2017 e, pelo ciclo usual, tenderiam a ser concluídos agora, no fim dos mandatos municipais.

Do ponto de vista financeiro, os contratos oferecem garantia considerada robusta, que assegura o fluxo de caixa: a CIP/Cosip, tributo normalmente cobrado na conta de luz que custeia a iluminação pública. Embora a crise tenha levado a aumento da inadimplência no pagamento das faturas, a avaliação é de que o problema não seria significativo a ponto de desequilibrar as PPPs de iluminação.

Fabio Sertori, sócio do Spalding Sertori Advogados, afirma que muitos contratos preveem ainda um “colchão de liquidez” para fazer frente a momentos de queda da arrecadação. “Projetos melhores têm também uma fonte de recomposição desse ‘colchão’, caso ele esvazie”, explica.

Sob a ótica dos investidores, a expectativa é de que continuem mostrando interesse, a exemplo do observado na concorrência pela PPP de Angra dos Reis (RJ), a primeira a ser organizada pela B3 na pandemia. Realizado há duas semanas, o certame atraiu a participação de três grupos e foi arrematada pela Enel X (empresa do grupo Enel), Mobit e Selt, com um desconto de 31% ante o valor máximo definido em edital.

“As empresas do ramo são muito ativas, têm planos de investimentos estruturados. Acredito que o leilão de Angra foi um divisor de águas, mostrou que esse período não afastou todo tipo de investidor”, afirma Thiago Grego, sócio diretor da Houer Concessões. “A estrutura de garantias [das PPPs] é tão segura que as empresas conseguem acessar crédito mais barato”, acrescenta.

Do lado operacional, o segmento foi pego de surpresa com a retirada da lista de atividades essenciais no fim de abril. A Abcip (associação das concessionárias) orientou suas associadas a não suspender as operações, segundo Pedro Iacovino, porta-voz da entidade. “Estamos operando de forma reduzida e seguindo todas as precauções, mas não paramos. Nosso serviço está fortemente relacionado à segurança pública”, afirma o executivo, que também é diretor da Caraguá Luz, da iluminação pública de Caraguatatuba (SP).

A retirada da lista de atividades essenciais pode ter repercussão sobre as operações do consórcio Smart Luz, que assinou o contrato da PPP do município do Rio de Janeiro em meio à pandemia. O grupo, composto pelas empresas High Trend, Proteres Participações, Arc, Salberg e Green Luce, ficará encarregado da iluminação pública da cidade por 20 anos, e terá de investir R\$ 1,4 bilhão. “Temos seis meses de transição até assumir o serviço, mas é um período de

bastante atividade”, afirma Carlos Sánchez Vicente, presidente do conselho do Smart Luz.

Vicente não prevê grandes problemas, mas reconhece que a pandemia pode dificultar estudos específicos e a análise detalhada da situação da iluminação pública do Rio, que requer trabalho de campo. Segundo ele, será negociado com a prefeitura para que a concessionária não sofra penalidades em questões de controle e desempenho.

Durante o tempo do contrato, o Smart Luz deve substituir lâmpadas por luminárias LED e fazer manutenção e troca de 34,5 mil postes, além de instalar 5 mil pontos de wi-fi gratuito, entre outros. Todo o sistema será controlado a partir de um centro operacional, que será construído nesses seis primeiros meses.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	25/05/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

CSN rola dívida com BB

A CSN concluiu na sexta-feira as negociações de reperfilamento de dívidas com o Banco do Brasil, de R\$ 1,4 bilhão, conseguindo que o montante tenha o novo vencimento principal em 2022. As dívidas tinham vencimentos marcados para ocorrer entre maio deste ano e março de 2021. O montante conta ainda com mecanismos que possibilitam extensão por meio de operações de mercado de capitais. “A companhia segue negociando o alongamento de seu passivo financeiro, visando a preservação da liquidez necessária para executar sua estratégia de desalavancagem e geração de valor aos seus acionistas, e informará o mercado tão logo tenha concluído tais negociações”, disse em comunicado.

Cai tráfego na CCR

O tráfego de veículos nas rodovias administradas pela CCR caiu 15% de 15 a 21 de maio, na comparação com mesmo período de 2019. Excluindo a ViaSul, que iniciou as cobranças em fevereiro, a queda foi de 19,4%. A queda no resultado consolidado foi puxada pelo menor fluxo de veículos de passeio, que se reduziu 39,8%. Os veículos comerciais tiveram tráfego 6% superior na mesma base de comparação. No acumulado do ano, a queda é de 5,6% no resultado total, com

recuo de 17% no tráfego de veículos de passeio e alta de 4,8% nos veículos comerciais. A CCR Mobilidade, braço da companhia que opera o Metrô Bahia e outras concessões, viu o movimento de passageiros diminuir 76,9% no período de 15 a 21 de maio. A CCR Aeroportos, que administra Confins (MG), os aeroportos de Curaçao e San Juan, na Costa Rica, além da TAS, prestadora de serviços de gerenciamento e administração relacionados a atividades em aeroportos nos Estados Unidos, viu queda de 96,2% na quantidade de passageiros.

Prejuízo da Ferbasa

A Companhia de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa) registrou no primeiro trimestre prejuízo de R\$ 637 mil, revertendo o lucro de R\$ 46 milhões apresentado no mesmo período de 2019, prejudicada pelo aumento das despesas financeiras líquidas e o baixo desempenho das vendas ao mercado interno.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume — Financial Times

Título: Beny Steinmetz tenta reverter sentença de US\$ 2 bi à Vale

O bilionário Beny Steinmetz disse ontem ter novas evidências que o ajudarão a reverter uma sentença arbitral de US\$ 2 bilhões sobre uma fracassada joint venture com a mineradora brasileira Vale na Guiné.

Segundo Steinmetz, as evidências mostram que a companhia de mineração estava ciente dos potenciais problemas de como foram obtidos os direitos de exploração de um enorme depósito de minério de ferro chamado Simandou. “A Vale estava ciente dos rumores, mas fechou os olhos, ouvidos e nariz para firmar o negócio”, afirmou o empresário ao “Financial Times”.

A disputa da Vale com Steinmetz data de 2010, quando a companhia brasileira acertou a compra de participação de 51% nos ativos guineenses pertencentes à BSG Resources, a companhia mineradora controlada pela família Steinmetz, incluindo dois blocos de Simandou.

A joint venture perdeu a licença de exploração de Simandou em 2014, depois que o governo do à época novo presidente guineense Alpha Condé concluiu que os direitos haviam sido conseguidos mediante pagamento de subornos. Steinmetz e a BSGR sempre negaram as acusações. “Não houve corrupção”, disse ele.

As novas evidências citadas por Steinmetz foram reunidas pela Black Cube, uma agência privada de inteligência comandada por ex-espiões israelenses, numa operação secreta sobre ex-executivos da mineradora.

Por mais de uma década, o bilionário empresário, descendente de uma das maiores famílias de Israel do ramo exploração de diamantes, enfrentou questionamentos sobre como a BSGR conseguiu um dos maiores prêmios da indústria da mineração no ano de 2008.

Depois que a joint venture perdeu a licença, a Vale, segunda maior produtora de minério de ferro do mundo, iniciou uma ação legal e no ano passado foi recompensada com US\$ 2 bilhões por uma corte de arbitragem de Londres.

A mineradora alega que Steinmetz e outros a induziram, de forma fraudulenta, a entrar na joint venture, adulterando a maneira como as licenças de Simandou foram obtidas. Steinmetz afirma poder mostrar que a Vale já acreditava - embora incorretamente - que a BSGR havia adquirido os direitos via corrupção e subornos, antes de decidir assinar o acordo.

Os detalhes da operação Black Cube foram revelados em documentos judiciais em Nova York, onde Steinmetz está tentando cumprir intimações sobre a Vale e a Rio Tinto, o grupo minerador que detém os direitos da outra metade de Simandou. Ele acredita que as duas companhias possuem documentos que podem ajudar em sua defesa.

Nos documentos, José Carlos Martins, ex-diretor das operações de minério de ferro da Vale, diz a um agente disfarçado da Black Cube que ele havia informado o conselho de administração sobre sua opinião de que havia “algo errado” no acordo de Simandou. No entanto, eles decidiram prosseguir porque Simandou era a “única porta aberta na África” para manter a participação de mercado da Vale.

“Veja só, embora não tenhamos encontrado nada de errado, embora seja muito bom para a companhia, preciso dizer que vou adiante. Estou propondo isso com o meu nariz fechado porque sinto cheiro de coisa errada”, disse Martin, segundo a transcrição. “E no fim das contas o conselho disse: ‘Ok, vamos em frente. Não diga mais nada. Vamos em frente’”. Martins não respondeu a um pedido para comentar as informações.

Em comunicado, a Vale informou que Beny Steinmetz está tentando fugir de suas responsabilidades pessoais quanto às perdas da Vale. “A Vale está confiante de que o esforço continuará sendo rejeitado por qualquer corte ou tribunal que considerar o registro completo dos amplos esforços de diligência

feitos pela Vale e os meios extraordinários que Steinmetz usou para ocultar essa fraude da Vale”, diz o comunicado da mineradora brasileira.

“O timing da apresentação de Steinmetz não é uma coincidência - a Vale conseguiu um parecer de US\$ 2 bilhões em múltiplas jurisdições e vem rastreando diligentemente os recursos da fraude da BSGR e os ativos de Steinmetz. A Vale está agora tentando descobrir as pessoas e entidades suspeitas de serem, ou terem conhecimento, dos parceiros de negócios de Steinmetz ou recebedores de recursos que a Vale perdeu na fraude.”

Steinmetz disse estar confiante de que a corte de arbitragem de Londres vai reabrir o caso. “Qualquer advogado que viu nossas evidências dirá isso. A Vale sabia de tudo.” Steinmetz disse que foi necessário usar a Black Cube porque tentativas anteriores de obter evidências da Vale foram frustradas por suas políticas de retenção de documentos. “Dissemos isso antes mas ninguém prestou atenção. Agora, temos a verdade”, afirmou ele.

Perguntado sobre as acusações de corrupção envolvendo Simandou na Suíça, Steinmetz disse acreditar que “elas são infundadas”, citando a decisão do governo da Guiné de considerar infundadas todas as reivindicações e alegações contra a BSGR no ano passado. **(Tradução de Mario Zamarian).**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/05/2020

Seção: Suplementos

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Transição para fontes limpas deve desacelerar

A demanda global por energia recuou 3,8% no primeiro trimestre de 2020, em relação a igual período do ano anterior, devido aos efeitos do isolamento social em meio à pandemia de coronavírus, de acordo com a Agência Internacional de Energia (EIA). Nesse contexto, assim como toda a indústria, o setor de fontes renováveis sentiu os efeitos da crise. Pela primeira vez, após mais de uma década de sucessivos recordes anuais, o volume adicional de capacidade de energia limpa neste ano será 13% inferior em comparação com o ano anterior, de acordo com projeções da entidade.

A desaceleração esperada reflete atrasos nos cronogramas de construção de projetos, devido a interrupções na cadeia de suprimentos, bloqueios compulsórios (“lockdowns”) e medidas de distanciamento social. Ainda assim, as previsões para este ano indicam um crescimento de 6% da capacidade instalada acumulada de fontes renováveis no planeta.

Por outro lado, a IEA prevê uma recuperação da indústria de energia renovável em 2021, motivada principalmente pela entrada em operação dos projetos que estavam previstos inicialmente para este ano. Com isso, a expectativa é que, em 2021, o ritmo de crescimento do setor no próximo ano retorne ao patamar do ano passado. Essa nova estimativa, no entanto, ainda representa uma queda de 10% em relação às previsões iniciais para o próximo ano.

No mercado de veículos elétricos, também está prevista queda de 18% das vendas mundiais em 2020, para 1,7 milhões de unidades, devido à crise, após seguidos anos de forte crescimento, segundo levantamento feito pela BloombergNEF's (BNEF). O impacto, porém, é ainda maior para carros com motor a combustão, cujas vendas devem recuar 23%, na mesma comparação. Segundo a consultoria, em longo prazo, a eletrificação do transporte mantém previsão de aceleração. Em 2040, os modelos elétricos vão responder por 58% dos novos veículos vendidos e por 31% de toda a frota de carros, de acordo com a BNEF.

Para André Arnaldos, especialista e sócio do escritório de advocacia Ashurst nas Américas, em curto prazo, os investimentos em fontes renováveis, assim como em muitas outras indústrias relacionadas à infraestrutura, enfrentam desafios para dar continuidade à construção e operação de projetos, com pessoas sendo acometidas pela covid-19 e funcionários que precisam aderir às políticas de confinamento. “Entretanto, esperamos que o compromisso com a transição energética permaneça forte na América do Sul e no Brasil”, diz.

Relatório do Ashurst lançado este mês, baseado na opinião de 2.000 líderes empresariais em países do G20 em relação ao mercado global de energia indica que o processo de transição energética será mantido em longo prazo.

Segundo o documento, aproximadamente 20% dos entrevistados informaram que preveem investir em fontes renováveis de energia, em transição energética e tecnologias de descarbonização na América do Sul nos próximos cinco anos. Ao mesmo tempo, do total de investidores entrevistados que já atuam no Brasil, 66% responderam que estão investindo em usinas eólicas e/ou energia solar no país.

Além da América do Sul, o estudo identificou tendência crescente de investimentos em baixo carbono globalmente. No G20, 94% dos entrevistados disseram esperar aumento de investimento de suas organizações em transição energética, com aumento médio dos aportes de 43%, em dólar.

“O conjunto de dados foi levantado antes do advento da crise de covid-19 e da forte redução de preços do petróleo. No entanto, acreditamos que os

fundamentos de mercado e as perspectivas para a transição para energia limpa permanecerão praticamente inalteradas no longo prazo”, diz Arnaldos.

De acordo com ele, os investimentos em renováveis podem até ser reforçados em médio prazo, dado que os países da região precisarão lidar com a queda da economia, o que pode resultar em incentivos e subsídios para o setor. Nessa linha, as indústrias poderão gerar novos empregos para o atendimento dos empreendimentos.

Perguntado se a instabilidade econômica e política no Brasil pode afugentar investidores estrangeiros, o especialista explica que a instabilidade é um obstáculo para qualquer tipo de investimento de longo prazo. Ele, no entanto, entende que a necessidade de fazer a transição energética pode se tornar uma prioridade entre políticos e cidadãos, o que levará a um quadro jurídico estável, protegido de decisões políticas e eleitorais de curto prazo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/05/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Emendas no Congresso podem elevar conta de luz

Propostas modificam teor da MP que amplia descontos para consumidor de baixa renda

O Congresso apresentou 180 emendas à Medida Provisória 950, que amplia os descontos da conta de luz de consumidores de baixa renda durante a pandemia do novo coronavírus e autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimos para conter uma escalada nas tarifas. As propostas modificam o teor do texto enviado pelo governo ao Parlamento e, em alguns casos, contradizem o discurso adotado pelos deputados e senadores em defesa do livre mercado e dos trabalhadores mais pobres.

Do total, pelo menos 57 delas aumentariam as tarifas dos consumidores residenciais – cerca de 32%. Há risco também de impacto orçamentário, já que 33 emendas – 18% – envolvem aportes do Tesouro para bancar os subsídios do setor. A análise foi feita por um especialista do setor, a pedido do Estadão/Broadcast.

Oriundo do Movimento Brasil Livre (MBL), conhecido pelo viés pró-mercado e em defesa do liberalismo econômico, o deputado Kim Kataguiri (DEMSP) sugeriu, por meio de emenda, que os aportes da União para bancar subsídios embutidos nas tarifas sejam elevados dos R\$ 900 milhões previstos para R\$ 12 bilhões. Kataguiri afirma que o aporte visa evitar as distorções causadas pelos

subsídios cruzados – quando um consumidor paga um valor mais caro em sua conta para permitir que outro tenha um desconto.

“Todo subsídio é concedido de maneira transparente, com previsão orçamentária e destinação clara dos impostos que financiarão o benefício. A exceção são os subsídios concedidos pela conta de luz: alguns setores são beneficiados, outros são obrigados a pagar e nem sequer sabem disso. Sou contra subsídios, mas se eles existem, precisam ser transparentes. É liberalismo”, disse Kataguiiri. “Essa é uma conta que terá de ser paga de uma maneira ou de outra. Melhor que seja por dinheiro de impostos, que todos pagam, do que criando mais distorções e privilégios na conta de luz.”

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), por sua vez, apresentou emenda que amplia o grupo de beneficiários do programa Tarifa Social – hoje são cerca de 9,5 milhões de famílias, que terão contas isentas entre abril e junho, desde que o consumo seja de até 220 kWh mensais. Pela proposta de Molon, todos que receberem o auxílio emergencial durante a pandemia poderão ter a mesma ajuda.

Embora possam parecer bem-intencionadas, emendas que propõem o aumento do grupo de beneficiários do programa ou estendem o tempo de isenção das tarifas aumentam, indiretamente, a conta de luz da maioria da população. Como o governo se comprometeu a colocar apenas R\$ 900 milhões no programa, o restante do custo do subsídio recairia sobre a conta de luz dos demais consumidores – ou seja, eles teriam de pagar uma tarifa mais cara.

Molon afirmou que a concessão do auxílio emergencial é um reconhecimento da condição de vulnerabilidade de milhões de brasileiros durante a pandemia, e que o fornecimento de energia elétrica é um serviço essencial. “Por isso, propusemos estender o benefício, que é temporário, ao restante desse grupo, com o necessário aporte da União para evitar que o ônus recaia sobre os demais.”

Vários deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) também propuseram emendas que ampliam o período de isenção da conta de luz das famílias de baixa renda até o fim do ano. Para custear o programa social, eles defendem o uso dos dividendos pagos à União pela Eletrobrás, empresa que o governo planeja privatizar. No ano passado, a estatal registrou lucro de R\$ 10,7 bilhões, e provisionou para distribuição de lucros e dividendos um total de R\$ 1,2 bilhão para a União e acionistas privados.

“Estamos num contexto de PIB em baixa e desemprego em alta. Temos de proteger os mais frágeis. Além disso, somos contra a privatização da Eletrobrás”, disse o deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/05/2020****Seção: Internaional****Autor: AFP CARACAS****Título: Venezuela recebe primeiro de 5 petroleiros iranianos**

O primeiro de cinco navios iranianos enviados à Venezuela com combustível e produtos petroleiros entrou no sábado no território marítimo sob jurisdição venezuelana, em meio a uma escalada de tensões com os EUA. O governo iraniano havia alertado nos dias anteriores que haveria “consequências” caso os americanos impedissem a chegada dos navios. O navio integra uma frota com carga de 1,5 milhão de barris de gasolina. O Fortune deve navegar até a refinaria de El Palito em Puerto Cabello (Estado de Carabobo, no norte), escoltado pelas Forças Armadas.

O restante da frota esperada pela Venezuela chegará nos próximos dias, informou a televisão estatal venezuelana. Os navios iranianos devem dar fôlego ao governo de Nicolás Maduro, mas “não terão impacto real sobre a atual escassez de gasolina”, disse Luis Oliveiros, especialista em petróleo. A falta de combustível, crônica há anos nas áreas de fronteira, agravou-se durante a quarentena iniciada em março por causa do novo coronavírus. Em Caracas, diariamente filas de veículos são formadas nos postos de gasolina, onde o combustível é racionado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 25/05/2020****Seção: Economia****Autor: Vinicius Neder / RIO****Título: BNDES deve financiar até 25% do pacote do setor elétrico**

Banco estatal quer atrair novas instituições para o sindicato de bancos que fará a operação de socorro às distribuidoras

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estima ficar com uma parcela entre 20% a 25% dos empréstimos emergenciais para socorrer as distribuidoras de energia elétrica em meio à crise da pandemia de covid- 19. Entretanto, o banco de fomento trabalha para atrair mais instituições financeiras para o sindicato de bancos responsável pela operação, o que poderá reduzir essa fatia, disse ontem uma fonte que acompanha a discussões e que pediu para não se identificar.

Dessa forma, o BNDES entrará com, no máximo, R\$ 3,9 bilhões, já que o teto do financiamento será de R\$ 15,5 bilhões. A expectativa do sindicato de bancos

coordenado pelo BNDES é liberar os recursos na segunda quinzena de junho, disse a fonte. O próximo passo do socorro ao setor elétrico é a edição de uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O texto deverá ser apresentado na reunião ordinária do órgão amanhã e ficará em consulta pública por uma semana. Só depois disso, será aprovada a resolução.

A norma apresentará o teto para o valor total da operação e a divisão por empresa. O total do financiamento poderá ser menor do que o teto, já que dependerá dos pedidos de cada empresa. O sindicato coordenado pelo BNDES incluirá, pelo menos, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander. Segundo a fonte ouvida pelo Estado, apesar do rito da consulta pública, o BNDES já começará nesta semana road show para apresentar a operação a outras instituições financeiras, entre bancos de investimento nacionais e estrangeiros.

Para a diretoria do BNDES, a atração de mais bancos sinaliza para uma “tendência” de redução na fatia da instituição de fomento no total da operação e poderá, com mais competição, reduzir os juros cobrados das empresas. Até semana passada, as negociações sinalizavam para juros e spreads em torno de CDI (taxa interbancária de referência, que segue de perto a taxa básica de juros, Selic, hoje em 3% ao ano) mais 2% a 2,5% ao ano. Conforme a fonte ouvida pela reportagem, porém, o desenho final das condições surgirá desse road show.

Ativos regulatórios. “Os bancos têm interesse, é vantajoso. As garantias são muito boas, afirmou a fonte que pediu anonimato, lembrando que as garantias dos empréstimos serão ativos regulatórios, ou seja, a permissão, dada pela Aneel e pelo governo, para que as distribuidoras repassem parte dos custos com o financiamento emergencial para a conta de luz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 25/05/2020

Seção: Mercado

Autor: Ribeirão Preto

Título: No setor de cana, crise afeta mais usina que só produz etanol

A pandemia do novo coronavírus fez a venda de etanol despencar nas usinas do centro-sul, e muitas passaram a produzir mais açúcar, em vez do combustível derivado da cana, numa safra que começa muito afetada pela Covid-19.

No setor, que é altamente mecanizado, o protocolo sanitário devido à doença envolve cuidados desde o transporte até o refeitório, passando por esterilização de equipamentos, desinfecção de máquinas em trocas de turnos e de ambientes e redução na capacidade de passageiros nos ônibus.

Só que, se medidas de saúde foram tomadas, faltam medidas econômicas, segundo o setor. Das 213 unidades que entraram em operação até a primeira quinzena do mês, conforme a consultoria Datagro, cerca de 80 são apenas destilarias, ou seja, produzem só etanol e estão vendendo apreços inferiores ao de custo. O cenário geral fez a Unica (União da Indústria de Cana-de-açúcar) procurar ajuda federal.

Sem a pandemia, o ano seria de bons preços para açúcar e previsão de demanda recorde para o etanol, segundo o presidente da Unica, Evandro Gussi. E agora? “Impossível saber. Quem disser que sabe, está mentindo”, afirmou.

Os preços do etanol despencaram desde março. O litro do hidratado — vendido diretamente nas bombas — ao produtor estava cotado a R\$ 2,16, sem impostos, e chegou a cair para R\$ 1,28 no intervalo de 30 dias. Na semana passada, estava em R\$ 1,43.

O etanol é o produto que gera capital de giro para as usinas iniciarem a safra, período em que mais têm gastos.

“Como elas não têm a flexibilidade para fazer açúcar, ficam expostas a esse choque duplo que é queda de preço e de consumo. Aí, quando olha o setor agropecuário como um todo, talvez seja o único afetado. Porque a soja, embora o preço em dólares tenha caído, por causa da desvalorização do real estamos vendo preços perto de R\$ 110 a saca. O milho, em Campinas, está em R\$ 47, excelente também. A arroba do boi gordo, que já chegou a R\$ 220, está se mantendo em R\$ 200”, disse Plínio Nastari, presidente da Datagro.

Gussi disse que o cenário é assustador. “No ano em que a gente esperava uma safra entre as maiores, vemos uma retração da demanda, acompanhada de redução tão drástica do preço da gasolina. Isso é muito preocupante”, disse. Segundo ele, além da pandemia, a disputa entre árabes e russos em razão da produção de petróleo fez a gasolina despencar, prejudicando o etanol.

O setor pediu um programa para financiamento de estoques, além de reequilíbrio na Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico), incidente na gasolina. Mas o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou que não iria aumentá-la, o que gerou frustração.

“É cada dia mais preocupante o que acontece nas usinas. É matemático: estão vendendo etanol abaixo do custo de produção e muito menos do que se esperava vender.”

Já o açúcar, apesar da queda em dólares em sua cotação, foi beneficiado pela desvalorização do real. Do total de cana processada nas usinas em abril, 45,76% viraram açúcar. Em 2019, no mesmo período, o índice era de 30,87%.

“Fabricar álcool significa deixar no tanque a produção e imobilizar capital de giro, no momento que tem maior demanda de capital de giro no setor. Para evitar isso, o produtor pode e está fazendo açúcar, já que o preço se mantém, devido ao dólar”, disse Nastari.

Um alento para o setor é que, com a alta recente nos preços do petróleo, a Petrobras passou a reajustar a gasolina. Em três semanas, o preço acumula alta de 38% nas refinarias. Com isso, o etanol recupera parte da competitividade perdida.

MME / ASCOM .